

BOLETIM INFORMATIVO

EDIÇÃO Nº 07



MPMT
Ministério Público
DO ESTADO DE MATO GROSSO

Centro de Apoio Operacional às
Promotorias de Justiça de Assistência Social

APRESENTAÇÃO

Nesta edição, destacamos **os 20 anos do SUAS**, um marco que consolida o Sistema Único de Assistência Social como uma das principais políticas públicas voltadas à proteção social no Brasil. Apresentamos também avanços recentes, como a aprovação do projeto de lei que autoriza o Executivo municipal de Cuiabá a instituir o programa **“Família Acolhedora”**, uma iniciativa essencial para garantir o direito à convivência familiar de crianças e adolescentes afastados de suas famílias de origem.

Este boletim também enfatiza a presença ativa do Ministério Público de Mato Grosso na **13ª Conferência Municipal de Assistência Social de Sorriso**, reafirmando o compromisso institucional com o fortalecimento democrático das políticas sociais. Além disso, ressaltamos a destinação de recursos para a **construção do Lar dos Idosos** no município de Reserva do Cabaçal, por meio do Banco de Projetos (BAPRE), evidenciando o impacto concreto da atuação interinstitucional na garantia de direitos.

Por fim, salientamos a importante atuação dos Ministérios Públicos nas mais diversas unidades federativas, reafirmando seu papel estratégico na defesa intransigente dos direitos das pessoas em situação de vulnerabilidade.

Boa leitura!

SUMÁRIO

01. NOTÍCIAS

02. ATUAÇÃO MINISTERIAL (MPMT).

03. ATUAÇÃO MINISTERIAL (OUTROS MP'S).

04. INDICAÇÕES INTERATIVAS

05. ATOS NORMATIVOS

Equipe

Tessaline Luciana Higuchi Viegas Devesa Cintra

Promotora de Justiça – Coordenadora

Roberta Camara Vieira Jacob

Promotora de Justiça – Coordenadora Adjunta

Jovana Albues da Silva

Auxiliar Ministerial (Direito)

Mateus dos Santos Gomes Cardoso

Residente (Direito)

1. NOTÍCIAS

[Aliança Global anuncia compromissos da Plataforma de Sevilha para acelerar financiamento no combate à fome, pobreza e riscos climáticos](#)

Sevilha, Espanha – Durante a Quarta Conferência Internacional sobre Financiamento para o Desenvolvimento (FfD4), realizada no dia 1º de julho, governos e parceiros de desenvolvimento social apresentaram iniciativas que visam transformar a forma como financiamento e conhecimento técnico chegam às linhas de frente do combate à fome, à pobreza e aos efeitos das mudanças climáticas. As propostas integram a Plataforma de Ação de Sevilha (SPA).

Submetidas pela Aliança Global contra a Fome e a Pobreza, as iniciativas têm como objetivo unificar esforços e concentrar recursos em programas conduzidos pelos próprios países, evitando a dispersão em projetos pequenos e desconectados.

Entre os destaques estão as iniciativas “Construindo um Financiamento Melhor Integrado para os ODS 1 e 2” e a “Parceria para Financiamento da Proteção Social Resiliente ao Clima e da Agricultura Familiar”. Ambas foram concebidas para superar barreiras históricas que limitam a eficácia da cooperação internacional, promovendo a implementação de programas nacionais em larga escala por meio da simplificação dos fluxos financeiros e da conexão direta com as necessidades locais.

Fonte: Governo Federal.


[MDS e MDHC promovem curso de capacitação para as equipes que atuam no Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte](#)

Debater as políticas de assistência social e aprimorar a formação das equipes que atuam no Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM). Este foi o objetivo da oficina oferecida pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), em parceria com o Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania (MDHC) e com o apoio da Organização Vida e Juventude, realizada no dia 02 de julho, em Brasília.

Para o titular do MDS, a oficina fortalece um trabalho integrado com as lideranças que atuam na assistência social e atendem as crianças e adolescentes. *“Este encontro servirá como orientação para aperfeiçoarmos as políticas de atendimentos, tanto na área dos direitos humanos, quanto na área social”, afirmou.*

A chefe da Assessoria de Participação Social e Diversidade (APSD) do MDS, Jéssica Leite, destacou a troca de experiências entre as equipes, sobre os trabalhos que estão em andamento. *“Hoje é um momento importante de troca entre os trabalhadores e trabalhadoras da ponta, que trazem para as equipes técnicas do ministério como tem sido a execução da política pública na base”, explicou.*

Fonte: Governo Federal.



Sistema Único de Assistência Social completa 20 anos de atividades

O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) completa, em 2025, duas décadas de existência e consolidação como uma das principais políticas públicas de proteção social no Brasil. Ao longo de 20 anos, o sistema tem sido fundamental para garantir a oferta de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais em todo o território nacional, especialmente para as populações em situação de vulnerabilidade e risco social.

Criado em 2005, o SUAS representa um marco na organização da assistência social como política pública de Estado, estruturada em uma rede descentralizada e participativa de proteção social.

Milhões de famílias buscam os serviços disponíveis nos equipamentos da rede, como Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), Postos de Atendimento do Cadastro Único e outras unidades da assistência social, para obter orientações sobre atualização cadastral, benefícios e esclarecimento de dúvidas. O MDS coordena as ações do SUAS a nível nacional, por meio da Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS).

As medidas de assistência também passam por outras secretarias nacionais: de Segurança Alimentar e Nutricional (Sesan), responsável pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e outros relacionados ao tema; de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único (Sagicad), que faz a gestão federal do CadÚnico; e de Renda de Cidadania (Senarc), que dispõe em seu escopo programas como o Bolsa Família que, além de transferência de renda mensal, garante assistência condicionada de saúde e educação.

O SUAS atua também quando as perspectivas se desfazem diante dos olhos. Em meio à calamidade que as enchentes causaram na capital e que se estendia aos municípios do interior gaúcho, em maio de 2024, o Governo do Brasil criou a Força de Proteção do Sistema Único de Assistência Social no Rio Grande do Sul, a ForSUAS/RS.

Fonte: Governo Federal.

Cerca de 1 milhão de famílias deixam o Bolsa Família em julho por aumentarem a renda

Cerca de um milhão de domicílios deixarão de receber o benefício do Bolsa Família em julho, por terem aumentado a renda. A maioria delas, 536 mil, cumpriu 24 meses na Regra de Proteção. Elas atingiram o prazo máximo de recebimento de 50% do valor a que têm direito, por terem alcançado uma renda per capita entre R\$ 218 e meio salário-mínimo.

Esse público ainda é protegido por outra medida: o Retorno Garantido. Ela é aplicada quando a família que ultrapassou o período de 24 meses na Regra de Proteção ou solicitou o desligamento voluntário do programa volta à situação de pobreza. Nestes casos, os antigos beneficiários têm prioridade para voltar a receber o Bolsa Família.

Além das famílias que deixam o programa por atingirem o prazo máximo na Regra de Proteção, outros 385 mil domicílios ultrapassaram R\$ 759, meio salário mínimo, de rendimento por pessoa em julho. Elas tiveram um aumento de renda maior que o limite da Regra de Proteção.

Fonte: Governo Federal.

Todos municípios, estados e o DF aderem ao Bolsa Família e ao Cadastro Único

Todos os municípios, o Distrito Federal e os estados brasileiros aderiram ao Programa Bolsa Família (PBF) e ao Cadastro Único (CadÚnico), até a data limite de 30 de junho. O resultado é fruto de um trabalho colaborativo, demonstrando o compromisso dos entes federados com a proteção social e o combate à fome no país, em conjunto com o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS).

O Bolsa Família tem um modelo de gestão descentralizada e compartilhada entre os entes federados, portanto, a efetividade do programa depende da ação conjunta e dos esforços coordenados de prefeitos, governadores, gestores da assistência social e equipes. A atuação articulada entre as esferas municipal, estadual e federal envolve também as áreas da saúde, educação e outros setores que atendem diretamente o público beneficiário.

Eliane Aquino destacou ainda a importância da adesão para a garantia de direitos e da proteção social nos territórios. *"A adesão não é meramente um ato burocrático. Ela é a garantia de que o Programa Bolsa Família e o Cadastro Único continuarão a impactar positivamente na vida de milhões de famílias brasileiras, a partir de um trabalho conjunto entre as três esferas de governo"*, completou.

Fonte: Governo Federal.

Sancionada com vetos lei que amplia destinação do Fundo Social do Pré-Sal

Foi sancionada a Lei 15.164, que permite que recursos do Fundo Social do Pré-Sal sejam usados para financiar projetos de infraestrutura social, habitação popular e enfrentamento de calamidades públicas. A nova regra foi publicada, no dia 15 de julho, na edição do Diário Oficial da União (DOU).

De acordo com a lei, a verba do fundo também poderá ser em projetos de desenvolvimento de infraestrutura hídrica, de segurança alimentar e nutricional e de defesa dos direitos e dos interesses dos povos indígenas, além da gestão do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

O Fundo Social é abastecido com recursos dos royalties do petróleo. Antes da nova lei, o dinheiro só podia ser aplicado em programas nas áreas de educação, cultura, esporte, saúde pública, ciência e tecnologia, meio ambiente e adaptação às mudanças climáticas.

Quanto às habitações de interesse social contempladas na Lei 15.164, elas devem beneficiar as famílias elegíveis ao Programa Minha Casa, Minha Vida, cujas faixas de enquadramento de renda do beneficiário poderão ser ampliadas pelo Ministério das Cidades.

Fonte: Agência Senado.


Ensino superior gratuito abre portas para pessoas em situação de vulnerabilidade

Foram abertas, até o dia 11 de julho, a pré-inscrição para o Vestibular Social Univag 2025/2, que ofereceu 148 vagas gratuitas em cursos de graduação e tecnologia, em formato EAD. A parceria foi firmada em 2024 entre a Secretaria de Estado de Assistência Social e Cidadania (Setasc), o Centro Universitário Univag e a Prefeitura de Várzea Grande, por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS-VG), com o objetivo de ampliar o acesso ao ensino superior gratuito para públicos em situação de vulnerabilidade social.

A iniciativa teve como prioridade pessoas de baixa renda, estudantes de escola pública, mulheres vítimas de violência, pessoas privadas de liberdade e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas ou egressos do sistema.

Os cursos superiores disponíveis são: Administração de Empresas, Ciências Contábeis, Comércio Exterior, Gestão Comercial, Gestão Financeira, Gestão Pública, Logística, Marketing, Pedagogia, Processos Gerenciais e Recursos Humanos.

Fonte: Governo de Mato Grosso.



Comissão aprova novo critério de renda para a solicitação de Benefício de Prestação Continuada

A Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência da Câmara dos Deputados aprovou projeto de lei que modifica alguns dos critérios de elegibilidade para o Benefício de Prestação Continuada (BPC).

Atualmente, o BPC destina um salário mínimo mensal (R\$ 1.509,00, em valores atualizados) às pessoas com deficiência ou com 65 anos ou mais que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção nem de tê-la provida pela família.

Pelo texto aprovado, terão direito ao benefício a pessoa com deficiência ou idosa com renda familiar mensal per capita (por pessoa) igual ou inferior a $\frac{3}{4}$ do salário mínimo, ou R\$ 1.131,75 em valores de 2025. Atualmente, pela Loas, a renda familiar mensal por pessoa exigida deve ser igual ou inferior a $\frac{1}{4}$ salário mínimo, ou R\$ 377,25.

A proposta determina ainda que a eventual contratação remunerada de pessoa com deficiência como aprendiz ou estagiário não acarretará a suspensão do BPC, desde que o período concomitante não ultrapasse dois anos. Atualmente, a Loas trata apenas da hipótese de contratação remunerada na condição de aprendiz.

O projeto tramita em caráter conclusivo e ainda será analisado pelas comissões de Seguridade Social e Família; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Fonte: Agência Câmara de Notícias.

Assistência Social de Campo Novo do Parecis busca referências para fortalecer o atendimento as famílias

A Secretária Municipal de Assistência Social com sua equipe, acompanhada da Secretária Municipal de Saúde e de representantes do Poder Legislativo, participaram, no dia 22 de julho, de uma visita técnica ao Centro de Inteligência Emocional – Casa da Família, localizado no município de Balneário Camboriú.

Recepcionados pelo Secretário Municipal de Assistência Social, os representantes puderam conhecer de forma aprofundada a estrutura e o funcionamento do espaço, que é referência na execução de políticas públicas voltadas ao fortalecimento dos vínculos familiares e à promoção do bem-estar social.

A Casa da Família abriga diversos programas e projetos desenvolvidos pela Secretaria de Desenvolvimento e Inclusão Social, entre eles: Proteção Global; Bem-Estar da Família e Abraço à Vida.

A visita teve como objetivo, obter conhecimento técnico sobre práticas exitosas na área da assistência social, a fim de subsidiar novas estratégias de atuação local e promover o aprimoramento contínuo dos serviços ofertados à população.

Fonte: Prefeitura de Campo Novo do Parecis.

Cuiabá amplia pontos e CRAS iniciam inscrições para o Casa Cuiabana

A Prefeitura de Cuiabá anunciou, no dia 16 de julho, a ampliação dos pontos físicos de cadastramento para o programa habitacional Casa Cuiabana. A partir de agora, todos os Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) da capital estão aptos a realizar as inscrições presenciais, medida que descentraliza o atendimento e facilita o acesso ao programa para moradores de todas as regiões da cidade.

Além dos CRAS, a sede da Secretaria Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos e Inclusão também passa a contar com dois postos de inscrição. Um deles é destinado ao público em geral e o outro está localizado na Secretaria Adjunta de Inclusão, voltado exclusivamente ao atendimento de pessoas com deficiência (PCD), com estrutura adaptada e equipe especializada.

O cadastramento para o Casa Cuiabana segue até o dia 19 de setembro e pode ser feito também de forma totalmente online, por celular ou computador, no site oficial da Prefeitura de Cuiabá. A seleção dos beneficiários será realizada por sorteio público, garantindo igualdade de oportunidades para todos os inscritos.

Fonte: Prefeitura de Cuiabá.

Prefeitura de Cuiabá tem projeto "Família Acolhedora" aprovado pela Câmara

A Câmara Municipal de Cuiabá aprovou, no dia 1º de julho, o projeto de lei de autoria do poder Executivo que cria o programa social Família Acolhedora. Agora, o texto vai sanção do Executivo. *"Agradeço a juíza da Vara da Infância e Juventude, Gleide Bispo, pelo apoio e auxílio na elaboração do projeto"*, declarou o prefeito da capital.

O Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora, mais conhecido como "Programa Família Acolhedora", oferece um serviço social em que famílias acolhem temporariamente crianças e adolescentes afastados de seus lares de origem. Esse acolhimento não prevê guarda definitiva nem adoção, sendo vedado que famílias acolhedoras adotem a criança acolhida.

As famílias acolhedoras serão submetidas a um processo de seleção e acompanhamento técnico, recebendo orientação e suporte para garantir a melhor assistência às crianças. A responsabilidade pela política pública será da Secretaria Municipal de Assistência Social.

O projeto de lei é resultado de um diálogo do poder Executivo com o Judiciário e o Ministério Público do Estado de Mato Grosso. Um dos princípios norteadores da lei é o Estatuto da Criança e Adolescência (ECA).

Fonte: Prefeitura de Cuiabá.

Desigualdade no recesso escolar aprofunda abismo educacional no Brasil

Com a chegada das férias escolares, aumenta a disparidade no acesso de crianças e adolescentes a atividades educativas, culturais e esportivas. De acordo com o estudo "Cada Hora Importa", realizado pelo Itaú Social em parceria com o Plano CDE, crianças de famílias com maior renda podem somar até 2.232 horas adicionais de aprendizado apenas durante o recesso escolar — número que salta para mais de 7 mil horas ao longo de todo o Ensino Fundamental, em comparação às que vivem em situação de vulnerabilidade.

O levantamento mostra que esse tempo fora da sala de aula, quando bem aproveitado, contribui significativamente para o desenvolvimento cognitivo e emocional. No entanto, o acesso a cursos, viagens, colônias de férias e programações culturais ainda é privilégio de quem tem maior poder aquisitivo. Já entre as famílias de baixa renda, o recesso escolar costuma ser marcado por limitações de tempo, recursos e acesso a atividades gratuitas. "O tempo fora da escola representa uma oportunidade valiosa para que crianças e adolescentes pratiquem atividades esportivas, musicais e literárias... No entanto, o acesso a essas atividades ainda é marcado por desigualdades", afirma Juliana Yade, coordenadora de Educação Infantil do Itaú Social.

Fonte: Revista Algomais.

2. ATUAÇÃO MINISTERIAL (MPMT)



MPMT participa da Conferência Municipal de Assistência Social de Sorriso

O Ministério Público de Mato Grosso (MPMT) marcou presença no segundo dia da Conferência Municipal de Assistência Social de Sorriso, com o objetivo de contribuir com a construção de políticas públicas mais eficazes. O encontro reuniu representantes do poder público, sociedade civil e usuários do sistema para debater propostas que visam a ampliação e qualificação dos serviços socioassistenciais no município. A participação da instituição ocorreu no dia 4 de julho, na sede da Faculdade Atenas.

Em preparação para o evento, o MPMT elaborou diversas sugestões com o intuito de fortalecer os debates e pleitos defendidos na oportunidade. Entre as propostas elencadas, destacam-se a criação de serviços de acolhimento de longa permanência, a ampliação da oferta de moradia social, a construção de novos Centros de Convivência da Pessoa Idosa (CCI) e Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), a implantação do benefício do aluguel social e programas de inserção de jovens no mercado de trabalho, entre outras ações.

Na ocasião, o **Promotor de Justiça do MPMT, Marcio Florestan Berestinas**, apresentou as sugestões ao público e registrou a importância da variedade e da abrangência das propostas.



“As ideias apresentadas refletem uma pluralidade de medidas que, segundo a visão do Ministério Público, são essenciais para a melhoria da política municipal socioassistencial. Embora saibamos que nem todas poderão ser implementadas de imediato, a audiência pública oferece uma excelente oportunidade para, com a participação da população e do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), definirmos as prioridades mais urgentes”, disse.

Fonte: MPMT.

2. ATUAÇÃO MINISTERIAL (MPMT)



MP destina mais de R\$ 1 milhão para construção de Lar dos Idosos

O Ministério Público de Mato Grosso (MPMT), por meio do Banco de Projetos, Fundos e Entidades (Bapre) — que destina recursos oriundos de acordos judiciais a projetos sociais — repassou R\$ 1.007.628,50 para a construção do Lar do Idoso Vô Francelino, no município de Vila Rica (1.300 km de Cuiabá). O espaço será destinado ao acolhimento de idosos em situação de vulnerabilidade social.

A obra está sendo executada em uma área com mais de mil metros quadrados e contará com 16 apartamentos — cada um com capacidade para dois moradores — totalizando 32 leitos. A estrutura também incluirá enfermaria, consultório médico, refeitório, lavanderia completa, piscina adaptada, poço semiartesiano e diversas áreas de convivência, todas projetadas com acessibilidade. Será o primeiro lar para idosos da região do Baixo Araguaia.

Desde que conheceu o projeto, o **Promotor de Justiça de Vila Rica, Raphael Henrique de Sena Oliveira**, atuou para viabilizar a parceria entre o Ministério Público e a entidade mantenedora do lar.



“Os recursos destinados por meio do Bapre vão tornar realidade o sonho de quem há anos luta por esse espaço. Essa parceria nos enche de orgulho, pois sabemos que o projeto foi pensado com carinho e responsabilidade, para atender às necessidades dos idosos. Eles terão um local digno para viver nesta etapa da vida. Aproveito para reforçar o apelo à população de Vila Rica: sigam contribuindo, pois ainda teremos outras etapas pela frente e o apoio de todos é fundamental”, destacou o Promotor.

Fonte: MPMT.

3. ATUAÇÃO MINISTERIAL

OUTROS MP'S



MPAC recomenda ações para garantir direitos da população em situação de rua

O Ministério Público do Estado do Acre (MPAC), por meio da Promotoria de Justiça Especializada de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania, expediu recomendação direcionada às Secretarias Estaduais de Justiça e Segurança Pública (Sejusp), de Saúde (Sesacre) e de Assistência Social e Direitos Humanos. A medida tem como foco a adoção de providências voltadas à proteção e ao atendimento da população em situação de rua no estado.

À Sejusp, o MPAC recomendou a criação de um programa de enfrentamento à violência que atinge essa população, com apresentação da proposta ao Ministério Público. À Sesacre, foi recomendada a criação de um protocolo específico de atendimento na rede pública de saúde, voltado a esse público, também com apresentação ao MPAC.

Já para a Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos, foi solicitada a apresentação da composição do Comitê de acompanhamento da política voltada à população em situação de rua, bem como informações sobre a descentralização de ações aos municípios, com comprovação dos repasses financeiros e respectivas dotações orçamentárias.

Fonte: MPAC.

MPAC recebe representantes do Movimento da População em Situação de Rua

O Ministério Público do Estado do Acre (MPAC) recebeu, no dia 30 de junho, os representantes dos Movimentos Nacional e Acreano da População em Situação de Rua, Josemir Alves e Hudson Nunes, para dialogar sobre os desafios enfrentados por esse público no município de Rio Branco.

O encontro contou com a presença do **Procurador-geral de Justiça, Danilo Lovisaro do Nascimento**; do **Corregedor-geral, Álvaro Luiz Pereira**; e da **Procuradora de Justiça Patrícia de Amorim Rêgo**, coordenadora do Núcleo de Apoio e Atendimento Psicossocial (Natera).

Durante a reunião, Josemir Alves e Hudson Nunes relataram dificuldades no acesso a políticas públicas, especialmente no contexto da mudança de endereço do Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro Pop). A maior distância em relação ao centro da cidade tem impactado, segundo eles, o acesso à alimentação e a outros serviços essenciais.

Também foi destacada a necessidade de um diálogo mais próximo com o poder público para a construção de políticas que considerem a escuta ativa da população em situação de rua, visando à efetividade de seus direitos.

Fonte: MPAC.

3. ATUAÇÃO MINISTERIAL

OUTROS MP'S



Em Anori, Ministério Público acompanha implementação do programa Família Acolhedora

Com o objetivo de acompanhar a implementação do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora (SFA), o Ministério Público do Estado do Amazonas (MPAM) instaurou procedimento administrativo para verificar a efetivação do programa no município de Anori. A diligência foi determinada pelo **Promotor de Justiça Bruno Batista da Silva**.

O procedimento atende a necessidade de estruturação rápida de políticas públicas que assegurem a convivência familiar para crianças e adolescentes no município, com foco na parcela em situação de vulnerabilidade complexa, em razão da ruptura dos vínculos afetivos e destituição familiar.

A ação solicita que a Secretaria Municipal de Assistência Social encaminhe, no prazo de 15 dias, informações sobre a equipe responsável pela implementação do programa, a quantidade de famílias inscritas para o serviço de acolhimento, o planejamento dos órgãos públicos que compõem o Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA) para a efetivação da iniciativa e a previsão de campanhas de divulgação.

Fonte: MPAM.

MPSC mapeia desafios no atendimento à população em situação de rua em Santa Catarina

Promotores de Justiça de Santa Catarina estão atuando de forma integrada na busca por soluções mais humanas e efetivas para a realidade das pessoas em situação de rua. O grupo, chamado de Grupo PSR (Pessoas em Situação de Rua), reúne atualmente 12 membros do Ministério Público e tem como foco a troca de experiências, análise de boas práticas e proposição de recomendações para atuação em todo o Estado.

Embora o grupo tenha se formado a partir da demanda do litoral - onde o problema é mais evidente - a proposta é que as soluções debatidas possam servir a todo o território catarinense. O grupo surgiu por sugestão do Conselho Consultivo dos Centros de Apoio de Direitos Humanos e Saúde Pública.

"A expectativa é de que esse trabalho contribua para a formulação de uma política pública estadual mais robusta, intersetorial e humanizada", explicou o Coordenador do Centro de Apoio de Direitos Humanos e da Saúde Pública, **Promotor de Justiça Eduardo Sens dos Santos**.

Fonte: MPSC.

3. ATUAÇÃO MINISTERIAL

OUTROS MP'S



MP promove audiência pública para acompanhar resultados de projetos financiados pelo Fundo Estadual do Idoso do Ceará

O Ministério Público do Estado do Ceará, por meio da 1ª Promotoria de Justiça de Defesa do Idoso e da Pessoa com Deficiência, realizará audiência pública, no dia 09 de julho, às 14h, para que as instituições beneficiadas com recursos do Fundo Estadual do Idoso do Ceará (FEICE) apresentem os resultados dos seus projetos para a população. A audiência foi realizada no auditório da Escola Superior do Ministério Público, em Fortaleza.

Foram notificados para comparecer representantes das seguintes instituições: Associação Cearense Pró-Idosos (ACEPI), Lar Torres de Melo, Sociedade de Assistência aos Cegos (SAC) e Associação das Irmãs Capuchinhas. Na ocasião, cada uma delas realizará a exposição de seu projeto, detalhando a execução, bem como a utilização da verba e proveito da ação para as pessoas idosas.

Segundo o **Promotor de Justiça Alexandre de Oliveira**, a iniciativa visa garantir a transparência sobre as movimentações, projetos e valores, permitindo, assim, uma assertiva avaliação quanto à proporcionalidade e ao proveito em favor das pessoas idosas.

Fonte: MPCE.

CNPG publica orientação nacional para atuação em defesa do direito à alimentação adequada

O Conselho Nacional de Procuradores-Gerais dos Ministérios Públicos dos Estados e da União (CNPG) **publicou a Nota Técnica nº 01/2025** com orientações estratégicas para fortalecer a atuação dos membros do Ministério Público brasileiro na efetivação do direito humano à alimentação e nutrição adequadas (Dhana). A iniciativa foi do Grupo Nacional de Atuação do Ministério Público em Apoio Comunitário, Participação e Inclusão Sociais, e Combate à Fome (GNA-Social).

A publicação parte da previsão legal e constitucional de que a alimentação adequada é um direito fundamental, previsto tanto na Constituição Federal quanto em diversos tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário. A nota técnica oferece um conjunto de diretrizes e medidas que os promotores e procuradores devem adotar para garantir que estados e municípios promovam políticas públicas de segurança alimentar, especialmente por meio da adesão e implementação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan).

Entre os pontos centrais da nota está o incentivo à criação e ao fortalecimento de conselhos e câmaras intersetoriais de segurança alimentar em âmbito municipal, além da elaboração de planos locais que viabilizem ações contínuas e articuladas de combate à fome.

Fonte: MPES.

3. ATUAÇÃO MINISTERIAL

OUTROS MP'S



MPES firma TAC com Município de Guarapari para melhoria dos serviços para pessoas em situação de rua

O Ministério Público do Estado do Espírito Santo (MPES), por meio da Promotoria de Justiça Cível de Guarapari, firmou um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com o Município de Guarapari para a estruturação e qualificação dos serviços de assistência social voltados à população em situação de rua na cidade.

O acordo decorre de uma Ação Civil Pública (ACP) ajuizada pelo MPES em 2020, com pedido de tutela antecipada, em face do Município de Guarapari, voltada para os direitos fundamentais das pessoas em situação de rua. O documento determina que o Município cumpra com suas responsabilidades legais na proteção e assistência dessa população.

A instituição realizou diversas inspeções em unidades e equipamentos que executam serviços socioassistenciais destinados à população em situação de rua, o qual culminou com a emissão do Relatório e Parecer Social pelo Centro de Apoio Operacional de Defesa Comunitária (CACO). Segundo os documentos, o serviço público municipal apontou várias irregularidades na constituição de uma equipe técnica e na estrutura física do Centro Pop.

Fonte: MPES.

MPGO e Município de Goiânia se unem para atuação autocompositiva de proteção e promoção de direitos da população em situação de rua da capital

O Ministério Público de Goiás (MPGO), por meio do Centro de Autocomposição de Conflitos e Segurança Jurídica (Compór), promoveu, no dia 11 de julho, uma reunião com representantes do Município de Goiânia para propor a construção de um processo autocompositivo voltado à política pública de proteção e promoção de direitos da população em situação de rua da capital. A atuação é em apoio aos **Promotores de Justiça André Lobo Alcântara Neves** (coordenador da Área de Políticas Públicas e Direitos Humanos), **Cassius Marcellus de Freitas Rodrigues** (88ª Promotoria de Goiânia), **Marcus Antônio Ferreira Alves** (54ª PJ de Goiânia) e Mário Henrique Cardoso Caixeta (102ª PJ de Goiânia).

A proposta foi apresentada pela **Procuradora de Justiça Laura Maria Ferreira Bueno**, coordenadora do Compór, que destacou a importância de um diálogo estruturado, com escuta qualificada e foco na construção de soluções voltadas ao interesse público. A condução dos trabalhos ficará a cargo da equipe do Compór, com atuação a partir de três grupos de trabalho: Assistência Social e Habitação, Saúde e Segurança Pública. Cada grupo de trabalho será composto por integrantes do MPGO e da administração pública municipal.

Fonte: MPGO.

3. ATUAÇÃO MINISTERIAL

OUTROS MP'S



MPGO participa de Reunião do Grupo Nacional de Atuação em Apoio Comunitário, Participação e Inclusão Social e Combate à Fome, em Teresina

O Ministério Público de Goiás (MPGO), representado pelo coordenador da área de Políticas Públicas e Direitos Humanos do Centro de Apoio Operacional, **Promotor de Justiça André Lobo Alcântara Neves**, participou da Reunião do Grupo Nacional de Atuação do Ministério Público em Apoio Comunitário, Participação e Inclusão Social e Combate à Fome (GNA-Social), realizada nos dias 3 e 4 de julho, em Teresina (PI). O evento, organizado pelo **Procurador-geral de Justiça do Piauí e presidente do GNA-Social, Cleandro Alves de Moura**, contou com a participação de representantes do Ministério Público brasileiro e do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, além de agentes públicos de diversas áreas, entidades do terceiro setor e sociedade civil.

Após o lançamento oficial da campanha Quem tem fome tem pressa de Justiça, os representantes do Ministério Público se reuniram com movimentos sociais para diálogos e escutas sobre quatro temas distintos: pessoas em situação de rua; povos e comunidades tradicionais; catadores de materiais recicláveis; e segurança alimentar e nutricional. As principais proposições de cada tema serão consideradas pelo Grupo Nacional na elaboração de seu planejamento estratégico e plano de ação.

Fonte: MPGO.

MPMS denuncia abandono de abrigos e aciona Justiça para garantir dignidade à população em situação de rua em Campo Grande

A 67ª Promotoria de Justiça dos Direitos Humanos de Campo Grande ajuizou três ações judiciais contra o Município de Campo Grande diante da situação estrutural degradante dos equipamentos públicos voltados à população em situação de rua. Os processos envolvem o Centro POP e as Unidades de Acolhimento Institucional para Adultos e Famílias I (UAIFA I) e II (UAIFA II), que, mesmo após vistorias técnicas, inquéritos civis, prorrogações de prazos e propostas de Termos de Ajustamento de Conduta (TACs), continuam sem atender aos padrões mínimos de dignidade, acessibilidade e segurança.

Na mais recente medida judicial, ajuizada no dia 10 de julho, a **Promotora de Justiça Paula Volpe**, lotada na Promotoria de Justiça de Direitos Humanos, requereu a imediata realocação da UAIFA II ou a completa reestruturação da unidade.

O Ministério Público de Mato Grosso do Sul aponta violação direta à Constituição Federal, à Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), ao Estatuto da Pessoa com Deficiência e à NBR 9050. Além da regularização estrutural, o MPMS pleiteia a condenação do Município ao pagamento de indenização por danos morais coletivos, em razão da manutenção de serviços públicos em condições desumanas, indignas e degradantes.

Fonte: MPMS.

3. ATUAÇÃO MINISTERIAL

OUTROS MP'S



Nota Oficial: Pessoas em situação de rua

O Ministério Público de Santa Catarina (MPSC) reforça seu compromisso com a defesa de um tratamento digno, respeitoso e conforme a Constituição às pessoas em situação de rua, assegurando que abordagens policiais sigam os protocolos técnicos adequados à atividade de polícia, como ocorre com qualquer outro cidadão.

O fenômeno das pessoas em situação de rua é multifacetado, complexo e constitui um desafio mundial que envolve a saúde pública, a assistência social e a segurança pública, devendo ser tratado sob essas diversas dimensões. Diante disso, um grupo composto por doze **Promotores(as) de Justiça com atribuições na área de Direitos Humanos, Saúde Pública e Segurança Pública** está atuando em conjunto para fomentar a interlocução com a sociedade civil organizada e os poderes constituídos, a fim de que todas as faces da questão sejam contempladas. Nesse contexto, o Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos e Terceiro Setor - CDH do MPSC atua como articulador e facilitador das atividades desenvolvidas pelo grupo. Importante destacar que os trabalhos estão em fase inicial, de análise do diagnóstico sobre o perfil das pessoas em situação de rua em Santa Catarina, tendo sido elencados pontos importantes para o debate com todos os órgãos e entidades envolvidas com o tema. Em momento algum foram feitas recomendações às forças de segurança do Estado ou de qualquer município.

Fonte: MPSC.

MPPI realiza audiência pública para discutir fornecimento de água para pessoas em situação de rua em Teresina

O Ministério Público do Piauí realizou, no dia 15 de julho, uma audiência pública para discutir a ampliação do serviço de fornecimento de água para consumo humano para pessoas em situação de rua no município de Teresina.

A audiência foi promovida pela 49ª Promotoria de Justiça de Teresina, sob titularidade da **Promotora de Justiça Myrian Lago**, que destacou alguns aspectos importantes da audiência que trata sobre um procedimento instaurado no ano de 2023. Segundo a Promotora, as condições climáticas da capital piauiense são um desafio a mais a ser enfrentado pela população em situação de rua, que tem seu sofrimento acentuado em decorrência do calor.

“Nós questionamos qual seria um ponto importante para conseguir minorar o sofrimento, e é o acesso à água, não apenas para a pessoa beber, mas para se refrescar, tomar banho, lavar roupa, atender a outras necessidades, e que fosse de forma descentralizada. Hoje nós temos equipamentos que atendem à população em situação de rua, mas muitos deles estão localizados no centro da capital”, comenta a Promotora.

Fonte: MPPI.

3. ATUAÇÃO MINISTERIAL

OUTROS MP'S



Membros do GNA-Social discutem encaminhamentos para promoção da cidadania a grupos vulneráveis

A 2ª Reunião Ordinária de 2025 do Grupo Nacional de Atuação do Ministério Público em Apoio Comunitário, Participação e Inclusão Sociais e Combate à Fome (GNA-Social) terminou, no dia 4 de julho, com a realização da Reunião Técnica e da Plenária dos membros do grupo que, atualmente, é presidido pelo **Procurador-Geral de Justiça do Piauí, Cleandro Alves de Moura**.

Durante a reunião técnica que aconteceu em formato híbrido, o grupo discutiu as atas das sessões temáticas que ocorreram no primeiro dia do evento: pessoas em situação de rua, povos e comunidades tradicionais, catadores de materiais recicláveis e segurança alimentar.

No grupo que discutiu a realidade das pessoas em situação de rua, foi levantada a necessidade de ser realizado o censo dessa população para um diagnóstico qualitativo. Além disso, foi pontuado que precisa haver uma interligação entre os serviços, com um plano que estabeleça fluxos assistenciais claros, baseado no censo e no diagnóstico. Por fim, foi sugerido que seja elaborado um projeto de capacitação da população de rua assistida, além de fortalecer iniciativas estaduais e municipais para estabelecimento de fóruns em que se trabalhe os elementos comuns dessa realidade.

Fonte: MPPI.

MPRJ recomenda melhorias estruturais e funcionais no CREAS e no Conselho Tutelar de Miracema

A **Promotoria de Justiça de Miracema** expediu duas Recomendações à prefeita e à secretária Municipal de Desenvolvimento Social para que adotem providências urgentes visando à regularização dos serviços prestados pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e à adequação estrutural e funcional do Conselho Tutelar do município.

As medidas recomendadas, no dia 10 de julho, visam garantir o pleno funcionamento de órgãos essenciais à proteção e ao atendimento de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, conforme previsto na legislação federal e nas normas do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

No caso do CREAS, o MPRJ aponta a necessidade de adequação da equipe técnica, que atualmente opera sem coordenador, psicólogo e profissionais suficientes para o atendimento adequado aos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto.

O documento também orienta a revisão do Projeto Político Pedagógico, a renovação da inscrição no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), a oferta de capacitação aos profissionais e a instalação de sinalização visível na fachada da unidade, além da divulgação dos contatos institucionais à população.

Fonte: MPRJ.

3. ATUAÇÃO MINISTERIAL OUTROS MP'S



Macaíba: MPRN e rede de assistência social se unem para fortalecer a proteção à pessoa idosa

O Ministério Público do Rio Grande do Norte (MPRN), por meio da **4ª Promotoria de Justiça de Macaíba**, promoveu uma reunião com representantes da rede de proteção social do município. O encontro, realizado com o Conselho Municipal da Pessoa Idosa, o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), teve como objetivo principal articular ações conjuntas em prol dos idosos em situação de vulnerabilidade.

O foco da reunião foi a busca pela integração dos serviços e o fortalecimento do trabalho em rede. A iniciativa buscou alinhar os fluxos de atendimento e as estratégias de intervenção para garantir a aplicação efetiva do Estatuto da Pessoa Idosa em Macaíba. A articulação visa assegurar que os direitos dessa população sejam plenamente respeitados e que as políticas públicas cheguem a quem mais precisa.

A ação foi motivada pela necessidade de otimizar a resposta do poder público a casos de negligência, violência e outras formas de vulnerabilidade que afetam a população idosa. Ao promover o diálogo entre as instituições, o MPRN busca superar a fragmentação dos serviços e construir um sistema de proteção mais coeso e eficiente, garantindo que os idosos recebam o amparo necessário de forma ágil e completa.

Fonte: MPRN.

Vistoria do MPDFT avalia condições de hotel social para população de rua

A **Promotora de justiça e gestora do Programa Pés na Rua, Polyanna Silvares**, visitou, no dia 16 de julho, as instalações do hotel social para a população em situação de rua. O equipamento fica no Setor de Armazenagem e Abastecimento Norte (SAAN) e deve ser inaugurado em breve.

A visita teve como objetivo verificar as condições do local, que prevê 200 vagas para pernoite. A promotora de justiça conheceu os dormitórios – que terão alas separadas para homens, mulheres e famílias –, banheiros, refeitório e a área que permitirá a permanência de animais de estimação.

O serviço será gerido pela organização social Mãos Solidárias. O acolhimento ocorrerá das 19h às 8h, com transporte saindo da Rodoviária do Plano Piloto. O modelo de atendimento inclui triagem, entrega de kits de higiene, jantar e café da manhã.

"O hotel representa um passo importante na construção de uma rede de proteção mais humana e efetiva, e o Ministério Público atua para garantir que o serviço atenda à população com dignidade", ressaltou a promotora de justiça.

Fonte: MPDFT.

3. ATUAÇÃO MINISTERIAL OUTROS MP'S



Piratini: MPRS recomenda readequação do CRAS para garantir direitos da população vulnerável

O Ministério Público do Rio Grande do Sul (MPRS) expediu recomendação ao Prefeito de Piratini, Márcio Manetti Porto, para que promova a imediata readequação do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) do Município às normas do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

A recomendação foi fundamentada em parecer técnico elaborado por assistente social do Gabinete de Assessoramento Técnico do MPRS, após vistoria in loco e entrevistas com a equipe do CRAS. O documento apontou diversas irregularidades, entre elas, a restrição da carga horária de atendimento, ausência de equipe mínima de referência, inexistência de coordenador, não execução do Programa de Atenção Integral à Família (PAIF), falta de acesso ao Cadastro Único e aos prontuários SUAS, ausência de articulação intersetorial e de acompanhamento de benefícios sociais, além de precariedade nas instalações físicas e ausência de fiscalização pelo Conselho Municipal de Assistência Social.

Diante da gravidade das constatações, o Ministério Público em Piratini, por meio da **Promotora de Justiça Amanda Jessyca de Souza Alves**, recomendou que, no prazo de 30 dias, o Município adote providências para garantir o funcionamento do CRAS conforme as normativas do SUAS, incluindo a composição da equipe mínima com carga horária adequada, funcionamento integral de 40 horas semanais, execução do PAIF, implantação plena do Cadastro Único, acompanhamento das condicionalidades do Bolsa Família e do Benefício de Prestação Continuada (BPC). Também foi recomendado que, no prazo de 90 dias, sejam promovidas melhorias na estrutura física do equipamento, assegurando acessibilidade, segurança e higiene, além da capacitação técnica anual da equipe.

Fonte: MPRS.

4. INDICAÇÕES INTERATIVAS



4. INDICAÇÕES INTERATIVAS



PARA OUVIR

1



"Primeiro episódio da série com o CNAS destaca papel dos conselheiros no controle social do SUAS"

01:10

04:10



Fonte: Sondcloud - Fala MDS.

2



"Governo do Brasil regulamenta Política Nacional de Cuidados"

01:10

04:10



Fonte: Sondcloud - MDS.

3



"Brasil sai do Mapa da Fome da ONU: conquista histórica reflete políticas públicas eficazes"

01:10

04:10



Fonte: Sondcloud - MDS.

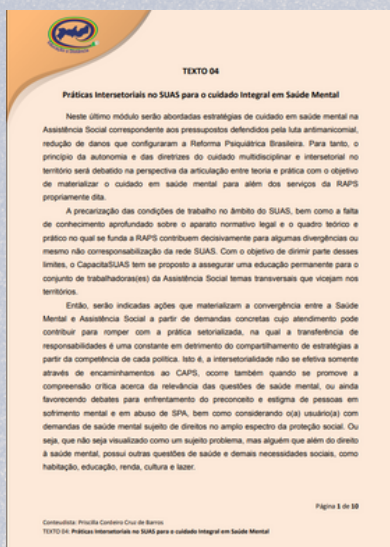
4. INDICAÇÕES INTERATIVAS



PARA LER

4

“Práticas Intersectoriais no SUAS para o cuidado Integral em Saúde Mental”



Fonte: Priscilla Cordeiro Cruz de Barros.
Conteudista: Priscilla Cordeiro Cruz de Barros.

5

“Entre Assistência Social e Saúde Mental: Produzindo Práticas de Cuidado”



Fonte: Revista de Psicologia e Saúde - Rádio Brasil Campinas.

PARA VER

6



“SERVIÇO SOCIAL E SAÚDE MENTAL”

Fonte: Canal do Youtube - Espaço Bom Viver.

7



“IMPACTOS DAS DESIGUALDADE SOCIAL NA SAÚDE MENTAL”

Fonte: Canal do Youtube - Unesc - Universidade do Extremo Sul de SC.

5. ATOS NORMATIVOS DO SUAS



PORTARIAS CNAS/MDS



RESOLUÇÃO CNAS/MDS Nº 199, DE 22 DE JULHO DE 2025

Dispõe sobre a aprovação do Relatório da Execução Orçamentária e Financeira do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS), 2º trimestre – exercício 2025.

INFORMES CADÚNICO



INFORME Nº 71 • 11.7.2025

PROCAD-SUAS 2025 MDS inicia repasses para o fortalecimento das gestões do Cadastro Único. Recursos visam a fortalecer a capacidade institucional dos entes para a gestão do Cadastro Único e são continuidade das ações de cofinanciamento iniciadas em 2023 e 2023.



INFORME Nº 72 • 15.7.2025

Gestão de Acesso: MDS adiciona nova medida de segurança da informação ao Cadastro Único. A partir dessa semana, nova funcionalidade permite definir horário de acesso no Portal de Gestão do Cadastro Único.

INFORMES BOLSA FAMÍLIA



INFORME Nº 87 • 3.7.2025

Publicada a Instrução Normativa de Gestão de Condicionalidades do Programa Bolsa Família. Foi publicada a Instrução Normativa Conjunta SENARC/SNAS/MDS nº 4, de 27 de junho de 2025, com o objetivo de complementar e regulamentar os dispositivos da Portaria MDS nº 1.058/2025, acerca das etapas da gestão de condicionalidades.



INFORME Nº 89 • 8.7.2025

Condicionalidades de educação do PBF: resultado do acompanhamento educacional do 2º período de 2025. O acompanhamento educacional dos(as) beneficiários(as) do Programa Bolsa Família (PBF) nos meses de abril e maio de 2025 alcançou uma taxa de 84,27%, superando os 81,70% do primeiro período de 2025.



MPMT

Ministério Público
DO ESTADO DE MATO GROSSO

